



N.º 5

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Évora realizada em 27 de Setembro de 2003

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de dois mil e três, reuniu, pelas quinze horas e dez minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Informação sobre a Freguesia de S. Sebastião da Giesteira.**
- 2. Informação do Presidente da Câmara Municipal de Évora sobre a actividade do Município bem como da situação financeira do mesmo.**
- 3. Deliberação sobre o texto final do regulamento de Actualização das Taxas, Tarifas e Preços.**
- 4. Deliberação sobre o Projecto de Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada – Tarifado.**
- 5. Deliberação sobre a Proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal da CME.**
- 6. Deliberação sobre a Contribuição Autárquica/2003.**
- 7. Deliberação sobre o Lançamento de Derrama/2004.**
- 8. Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a abrir um concurso público para venda de terrenos municipais (Parque Industrial da Câmara – Rua José Estevão Cordovil, n.º 25).**
- 9. Deliberação sobre o acordo de Geminação entre as cidades de Évora e de Chartres (França).**
- 10. Deliberação sobre as Tarifas dos Transportes Colectivos Urbanos para 2003.**
- 11. Deliberação sobre o Projecto de Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Actividades Diversas (Elaborado, na sequência da transferência de competências dos Governos Civis para as Câmaras Municipais).**
- 12. Deliberação, sobre a proposta de criação do Cartão Social do Município Idoso e sobre o Projecto de Regulamento do Cartão Social do Município Idoso.**
- 13. Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a requerer a Declaração de Utilidade Pública bem como o Carácter de Urgência da Expropriação, da Rua Projectada em PU à Horta das Tâmaras.**
- 14. Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a ceder uma parcela de terreno, situada na Rua da Vendinha, 41 – Bairro da Câmara – A Maria de Jesus Barradas Rico de Brito.**
- 15. Deliberação sobre o Projecto de Alterações ao Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Évora.**



Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José Lourido (Em substituição de José Russo)

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

A Câmara Municipal fez-se representar por:

Presidente - José Ernesto d` Oliveira

Vereadores - Fernanda Ramos, Carlos Reforço e Clara Grácio.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO DA AME:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao deputado municipal Jorge Percheiro: “Na página 18, a propósito da aprovação do Conselho Municipal de Educação, a votação diz o seguinte: Aprovado por maioria com 19 votos a favor do PS e do PSD e 10 abstenções da CDU, e eu votei favoravelmente a aprovação do Conselho Municipal de Educação.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fernanda Ramos: “Na página 4, no último parágrafo, a maneira como me dirijo a cada deputado municipal, é exactamente por deputado, e gostava que se fizesse essa correcção.

Na 5ª linha, a seguir a mensalidades, propunha que fosse acrescentado dependentes em vez de independentes.

Relativamente à frase: “(...)Mensalidades correspondentes à sua real situação económica, na medida em que as suas declarações(...)”, a frase deverá ficar: (...)Mensalidades correspondentes à sua real situação económica, na medida em que nas suas declarações(...)”

Na referência de 30 mil contos deverá constar 150 mil euros.

Na página 5, na 1ª linha, deverá constar deputado Jorge Lourido e deputado José Russo.

Na 21ª linha, que começa por: “(...)exercício vimos o processo a ser assumido pelo respectivo Ministério(...). Deverá ser acrescentado a esta frase o seguinte texto: “Com excepção da integração, das educadoras sem a candidatura das mesmas ao concurso respectivo.”

Na página 13, na 3ª linha, em vez de “dos velhinhos carenciados”, deverá ler-se, “dos idosos carenciados.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No 2º parágrafo, 2ª linha, onde se lê “a edilidade vai estar”, deverá ler-se “a edilidade vai continuar”.

No 3º parágrafo, onde se lê “os dossieres”, deverá ler-se “dos projectos candidatados ao INTER REG”. Onde se lê “MECINA”, deverá ler-se “MECINE”.

Na página 14, onde se lê “Pluri Alentejo”, deverá ler-se “Por Alentejo”. No penúltimo parágrafo, onde se lê “que irão resolver os problemas financeiros do município”, deverá ler-se “que irão permitir resolver alguns dos problemas financeiros do município”.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Andrade Santos: “A D.ª Fernanda Ramos, como representante da CME tinha referido uma série de projectos que tinham sido aprovados, e tinha sido solicitado que não havendo mais informação no momento, essa informação fosse acrescentada à acta. Não o foi, e vinha por isso, pedir que de forma conveniente esta informação nos fosse facultada. Proponho que de acordo com o que se passou na sessão, ou desta acta ou numa informação que venha a ser facultada posteriormente à Assembleia, os dados factuais sobre os projectos aprovados e os respectivos financiamentos sejam facultados à Assembleia, mas sem prejudicar o andamento dos trabalhos”.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “Primeiro queria chamar a atenção para uma alteração na acta na página 16, onde se lê “A câmara deveria ter liderado”, deverá ler-se “A câmara deveria ter liderado”.

Do ponto de vista da nossa bancada, é, muito importante ter a informação que foi dada pela Sr.ª Vereadora Fernanda Ramos na última reunião da assembleia municipal. Porque a Sr.ª Vereadora trazia um conjunto vastíssimo de informação, que ainda vem referenciada na própria acta, mas que depois não aparece concretizada, o que nós queríamos era que essa informação fosse facultada, não prejudicando a aprovação da acta”.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.ª Vereadora Fernanda Ramos: “Queria referir que durante a apresentação do relatório do Sr. Presidente da CME, fiz referência a uma série de obras que tinham sido aprovadas. Estas podem ser ouvidas e reproduzidas”.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Celino Silva: “No penúltimo parágrafo, 2ª linha, onde se lê “o qual é chefiado”, deverá ler-se “o qual é presidido”.

Votação da Acta: A Acta foi aprovada com 24 votos a favor e 3 abstenções.

O Sr. Presidente da AME, dá a palavra, por ordem de chegada, ao primeiro subscritor das moções que deram entrada na Mesa, para que procedam à apresentação das mesmas:

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Raimundo Cabral: “A moção que quero apresentar em nome da bancada da CDU, tem a ver com o encerramento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Inspecção das Actividades Económicas nos vários Distritos, entre os quais o Distrito de Évora, que passo a ler:

“Considerando que o Projecto de Lei Orgânica da Inspecção Geral das Actividades Económicas (IGAE) prevê o encerramento de várias delegações distritais, entre as quais a delegação de Évora...”

Nota: O texto original da moção ficará anexado à acta.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da CME: “Queria informar a assembleia que sobre o mesmo tema e sobre o mesmo teor, a CME, em reunião de câmara aprovou uma moção sobre exactamente a mesma situação. Porque nem em todos os distritos vão ser reduzidas as delegações do IGAE, por isso é contraditório ser o Distrito de Évora aquele que se vai ver privado desta delegação. Os serviços concentrados em Évora vão ser transferidos para Beja, quando isto surge ao arrepio daquilo que são as funções reais da delegação do IGAE como da sua importância, porque:

Primeiro - O IGAE em Évora recebeu obras de beneficiação para o alargamento das suas funções, obras que ainda nem sequer foram inauguradas.

Segundo – Évora representa quase 50% do total da actividade económica do que se passa no Alentejo, quer em termos turísticos, onde representamos 49%, quer no que respeita ao número de empresas sediadas, quer através do IRC arrecadado.

Por tudo isto, e porque a IGAE é um organismo essencial à preservação da qualidade, a CME aprovou uma moção na sua última reunião, e que só não a faz constar na informação que presta à assembleia, porque já aconteceu posteriormente à proposta da ordem de trabalhos que a CME envia à AME. Em nome da CME a câmara quer-se solidarizar”.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Acácio Alferes: “Queria manifestar o apoio do grupo do PS a esta Moção. Isto é mais uma discriminação negativa com que este Governo nos brinda. E bom seria que um dia fizéssemos uma lista de todas as promessas que o actual Primeiro Ministro, Durão Barroso fez ao longo da campanha, e depois comparássemos com aquilo que ele agora nos está a fazer. Esta Moção apresentada pelos eleitos da CDU merece o apoio da bancada do PS”.

Votação da Moção: Moção aprovada por unanimidade.

Moção enviada para:

Primeiro Ministro

Ministro da Economia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido para a apresentação da 2ª Moção: “A Moção que a nossa bancada apresenta tem a ver com algumas tomadas de posição que têm aparecido nos órgãos de informação regional, manifestadas pelo Grupo Pró-Évora e pela Câmara Municipal. Um Primeira consideração que gostaríamos de fazer é que entendemos que as posições tomadas pelo Pró-Évora se inserem na actividade normal desta instituição, e que correspondem aos seus estatutos, e que tiveram o objectivo de alertar para alguns factos que aquela instituição achou serem lesivas do património. Pensamos que a resposta dada pela Câmara não atendeu à Instituição nem aos alertas que eram levantados, mas que de alguma forma entendeu esses alertas, e colocando-os numa área de posição política e não numa área cívica de manifestação de preocupações, e por isso achamos pertinente trazer esta Moção. Gostaria também de dizer, que primeiro pensamos trazer este texto como uma tomada de posição da CDU, mas depois pensamos que isso seria restringir a vontade da assembleia de se manifestar e eventualmente concordar ou discordar desta posição, e por isso consideramos mais lógico apresentar este texto como Moção.

E passo a ler:

“Pela defesa do património e do respeito entre instituições, face a tomadas.....”

Nota: O texto original da moção ficará anexado à acta.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Acácio Alferes: “Segui com algum cuidado a polémica que se tem desenvolvido nos órgãos de comunicação regional acerca desta matéria, mas é evidente que a transcrição nos órgãos de comunicação social regional sobre o que se passou em torno deste assunto não esgota o problema, e muitos dos deputados municipais aqui presentes não tiveram a oportunidade de ler aquilo que tem vindo a ser transmitido no Diário do Sul, e para podermos decidir com maior conhecimento de causa, eu sugeria ao Sr. Presidente da Assembleia que solicitasse ao Sr. Presidente da Câmara que transmitisse a esta Assembleia como as coisas se passaram, para que, ajusante disso nós possamos argumentar as nossas razões, depois de ouvirmos o relato mais pormenorizado de como tudo se passou.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da CME: “Desde o dia 7 de Janeiro que estão obras em curso na cidade, e foram realizadas obras na Rua Elias Garcia, Largo Luís de Camões, Rua Álcarcova de Baixo, Rua Álcarcova de Cima, Travessa do Sertório e Praça do Sertório. Todas estas obras, tal como é obrigatório por decorrerem no Centro Histórico, são acompanhadas por serviços de arqueologia especializados, quer pelo arqueólogo municipal, quer por equipas de arqueologia contratados especificamente para o seu acompanhamento, em todas elas, os achados arqueológicos que têm sido detectados, fazem com que sejam de imediato suspensas as obras, e estas só recomeçam quando os serviços de arqueologia as consideram em condições de o poder fazer. Na Praça do Sertório, quando se decide intervir para além do solo, da superfície, que é aquilo que o PROCOM prevê, e por alteração ao projecto inicial, e uma vez que se ia mexer com os pavimentos, a CME decidiu que ia fazer a reparação de todas as infra-estruturas, substituindo-as, e onde fosse possível fazer o enterramento de infra-estruturas aéreas das telecomunicações e electricidade. Estava previsto no âmbito do PROCOM intervenção apenas no pavimento, mas foi decidido substituir parte significativa da rede de esgotos, da rede de águas fluviais, da rede de águas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

de abastecimento público. Uma parte significativa da cidade histórica e da Freguesia da Malagueira é fornecida por uma conduta que atravessa a Praça do Sertório. No decurso desses trabalhos foi identificada uma conduta de distribuição de água ligada ao complexo de distribuição de água medieval, que se fazia pelo aqueduto, e justaposta a esta conduta há uma conduta técnica levada a cabo há uns anos pelas telecomunicações e pela EDP, e esta conduta é que danificou profundamente aquela parte da estrutura da distribuição de água integrada no complexo do aqueduto. Quando foi identificado esta estrutura, este ramal que é relativamente recente, feito em alvenaria e com cobertura de pedra, foi naturalmente a obra suspensa. Foram identificadas 3 Palmeiras que existiram na Praça do Sertório no século passado, tudo isto foi acompanhado pelos serviços da Câmara, Pela Direcção do IPA, e pela Direcção do IPPAR. Por sugestão do IPPAR, quando se identificou esta estrutura, admitiu-se a possibilidade de se fazer passar por dentro dela parte das infra-estruturas eléctricas ou de telecomunicações que passam nessa zona, e por sugestão do IPPAR, uma vez que o valor arqueológico dessa zona já estava devidamente estudada e fotografada, foi sugerido a destruição de metade dessa conduta para fazer passar por dentro dela as infra-estruturas eléctricas. E a CME, e eu próprio que acompanhei directamente as obras, decidimos propor uma alternativa, que era abrir uma vala que não estava prevista no projecto, com 1 metro e meio de profundidade, e cerca de 1 m de largura, permitindo que as infra-estruturas passassem por essa estrutura, e porque tecnicamente de acordo com os serviços técnicos e de telecomunicações há determinados pormenores técnicos a respeitar, como o afastamento das várias estruturas entre si, que obrigavam à destruição desse canal de abastecimento de água, sugeriram que essa estrutura não fosse mexida e fosse aberta uma vala paralela onde passassem os cabos, tudo isto obrigou a que durante duas semanas a obra fosse suspensa e estudada, quer sob o ponto de vista arqueológico, e sob a própria Direcção do IPPAR, e da Direcção do IPA. Para além de todo o trabalho de estudo e de identificação, foi feita a melhoria da conservação desta estrutura com uma tela especial branca e toda ela enterrada em areia, que é a melhor forma de ser protegida. Não só não foi destruído nada, como tudo ainda foi estudado, cartografado, fotografado e que vai dar origem a uma exposição sobre todos os trabalhos. Para que a cidade fique mais conhecida da riqueza imensa que o nosso subsolo tem, uma parte dessa riqueza vai museologizada, isto é, uma parte dessa estrutura vai levar uma cobertura em vidro, para permitir a quem passe observar o que está debaixo do chão que se pisa.

O projecto de intervenção geral desta obra foi à Comissão Municipal da Arte e Arqueologia, e na última reunião, na presença do Sr. Presidente da Direcção do Grupo Pró-Évora, foi dito que se iam começar as obras, e que, não se sabia o que se ia encontrar lá em baixo, e como tal não se podia apresentar um projecto de subsolo e de escavação arqueológica. Agora que a obra está concluída, na última reunião da Comissão de Arte e Arqueologia, já depois de sair este comunicado por parte da Direcção do grupo Pró-Évora, o Presidente da Direcção ou alguém que o representasse não estiveram presentes.

A Câmara Municipal nunca foi solicitada a prestar qualquer esclarecimento sobre a obra, e nunca o Grupo Pró-Évora a visitou ou acompanhou, e nunca em vários contactos que se estabeleceram com o Grupo foi levantado qualquer problema existente em relação à obra, e a Câmara de Évora é confrontada com um comunicado que diz: “A Câmara de Évora destruiu o nosso património”, diz que “destruiu o aqueduto”, e quem lê isto não se percebe que é apenas um ramo da estrutura enterrada no subsolo provavelmente do séc. XIX, e que é uma parte do complexo de distribuição de água vinda do aqueduto e não nenhum fragmento do aqueduto. No comunicado do Grupo Pró-Évora, diz que a Câmara destruiu o aqueduto, e segundo, sugere-se que esta intervenção foi feita sem qualquer tipo de acompanhamento técnico especializado, e terceiro alerta-se a população para os riscos inerentes à acção que a actual Câmara tem sobre o património o que nós julgamos injusto. É por isso, que o Presidente da Câmara considera, que aquele comunicado falha à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

verdade, que contém em si mesmo um disparate proporcional à responsabilidade de quem o profere. Para quem tem um passado como o Grupo Pró-Évora, e para quem a Câmara tem feito elogios extraordinários atribuindo-lhe a medalha de mérito municipal, com essa responsabilidade, não é legítimo que a actual direcção esteja a ter esta postura, e é nessa medida que a Câmara Municipal emitiu um comunicado de esclarecimento, contando aquilo que foi possível sobre a evolução de toda esta situação, não querendo beliscar o nível de relação com esta instituição.

Sempre que a Câmara Municipal for atacada de forma injusta e incorrecta, eu próprio reagirei de forma a repor a verdade dos factos.

Relativamente aos espectáculos que se realizaram no Templo de Diana, quero informar que desde que este executivo está no poder, realizaram-se quatro espectáculos no Templo de Diana, e recusaram-se muitos. Realizou-se o Évora Moda 2002 e 2003, realizou-se a Modalfa neste mês de Setembro, e realizou-se o espectáculo dos 25 anos de carreira do fadista Nuno da Câmara Pereira. Não realizamos nenhum comício nem vamos realizar, e façam um esforço de memória para se relembrarem de quantos foram realizados no passado no Templo de Diana. Não autorizamos nenhum espectáculo de rock, e digam-me quantos é que lá foram feitos?

Perante todos os espectáculos que decorreram ao longo de dezenas de anos, o Grupo Pró-Évora manteve-se em silêncio, e agora perante quatro espectáculos dizem que o Templo de Diana está a ser bombardeado. Foi pedido, através da Associação de Municípios do Distrito de Évora, que detém connosco um protocolo de acompanhamento destas matérias, e o técnico que serve todas as Câmaras do Distrito e o equipamento de som especializado neste assunto, que se fizesse medições dentro e fora do museu. O museu está encerrado porque está em obras, e há maquinaria a trabalhar dentro do museu. Foram identificadas determinadas frequências de som baixas, e que eram essas que poderiam provocar alguma perturbação nas pinturas mais valiosas, e com o acordo do Director do museu, achou-se prudente duas coisas, primeiro que o nível geral de som não deviam ser superior a 45 mil décibeis, o que corresponderia na rua a cerca de 60 mil décibeis, e que se deveriam diminuir as frequências baixas, e estas determinações eram cumpridas pelos responsáveis de som do espectáculo.

E passo a informar a assembleia, que mais nenhum espectáculo será realizado no Templo de Diana enquanto as entidades competentes não se pronunciarem sobre o que se pode fazer e o que não se pode fazer no jardim de Diana.

Acho que da parte da Direcção do Grupo Pró-Évora é no mínimo injusto, e acho também que da parte da bancada da CDU vir propor uma moção de censura, quando este assunto já foi devidamente esclarecido, e quando a câmara está disponível para prestar todas as informações, penso que é de profundo oportunismo político vir confrontar a assembleia com esta moção. O património que herdamos não foi feito pela CDU e também não o será pelo PS, o património é fruto de gerações e gerações, de homens e mulheres de Évora, e ainda antes de haver uma cultura de defesa do património já a população de Évora a sabia defender. A defesa do património é um esforço que compete a todos.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Palma Rita: “Pessoalmente não simpatizei com o espectáculo realizado junto ao Templo de Diana, por não ser o local mais adequado da cidade, penso que o espaço Jardim das Canas é mais apropriado. Não sei se a Câmara tem alguma reticência na utilização da obra do anterior executivo, mas penso que não deveria haver. Vi também junto ao Templo um gerador de dimensão igual a metade do espaço onde nos encontramos, não sei se é o ruído ou a vibração, eu presenciei-o a funcionar, e chocou-me um pouco.

Acta n.º 5 da sessão ordinária de 27 de Setembro de 2003



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Acompanhei também os comunicados da Câmara Municipal e do Grupo Pró-Évora, e a reacção da Câmara penso que foi talvez um pouco agressiva, mas de qualquer forma penso que essa questão está encerrada e esclarecida pelos próprios comunicados.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “Entendi perfeitamente a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, parece-me no entanto que a Moção não belisca o mínimo dos fundamentos da moção que apresentamos nem as razões que nos levaram a trazer esta moção aqui à Assembleia Municipal. Parece-me que a relação entre instituições, como são a Câmara Municipal e o Grupo Pró-Évora, não deveriam de maneira nenhuma introduzir termos como aqueles que foram utilizados pela CME. Muitas vezes o Grupo Pró-Évora esteve contra posições que a CDU achava convenientes para a cidade, mas a questão é o tratamento também entre as instituições em causa, e é nesse sentido que a moção surge. Tal como foi referido pelo Sr. Presidente da CME, o Grupo Pró-Évora é uma instituição que tem uma história, que tem um património, e que tem um combate de defesa do património e de outras realizações culturais. O argumento de que é a gestão, e de que é a direcção ou não é a direcção, que justifica para fazer um comunicado como se o Grupo Pró-Évora fosse um grupo político de oposição ou grupo de irresponsabilidade. Pensamos ser despropositado e nem dignificador.

Relativamente a questões concretas, houve intervenções na Praça do Sertório que não foram devidamente acompanhadas durante um período relativamente grande, e onde havia máquinas e estruturas a funcionar, e alguns cidadãos ao constatarem esses factos alertaram as entidades responsáveis, nomeadamente a Dr.^a Leonor Rocha do IPA, que outros cidadãos passaram por aquele espaço e viram obras a não serem acompanhadas, foram feitos registos fotográficos, comunicações e testemunhos, e só não houve mais danificações por acaso. Sobre o acompanhamento da obra ir à Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, sabemos também, que afinal, no dia 17.02.2003 quando era para ser apresentado o projecto desta intervenção o ponto passou para uma posterior reunião que se realizou a 18 de Setembro, ou seja, a mais de um mês da intervenção naquele espaço. Não estou a defender o Grupo Pró-Évora, mas de informações que tenho é que esta instituição foi contactada com 2 horas de antecedência para estar presente nessa reunião.

Sobre a questão dos espectáculos no Templo Romano, gostaria de lembrar, que nos dez anos anteriores à nova gestão que agora está na câmara, realizaram-se 3 espectáculos no templo Romano e em 2 anos foram realizados 4 espectáculos, e posso dar alguma ideia dos espectáculos que foram lá realizados. Um foi de grande impacto nacional com níveis sonoros perfeitamente controlados, que foi um espectáculo de natureza acústica, um outro espectáculo que se desenvolveu sem sequer grandes recursos sonoros que foi a comemoração dos 500 anos da chegada ao Brasil por Pedro Álvares Cabral. Um outro espectáculo, sem impactos sonoros significativos, que foi a comemoração dos 500 anos do Foral da Cidade.”

O Sr. Presidente da Assembleia coloca à votação o prolongamento do período de antes da ordem do dia, por mais uma hora.

Votação do Prolongamento do PAOD: 17 votos contra, 10 votos a favor e 5 abstenções.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

“ Quero que fique registado em acta que: Em nome individual e da CDU, estamos perante, a primeira vez em que tal situação ocorre, ou seja, matérias que eram para ser tratadas no período de antes da ordem do dia ficam inviabilizadas por parte de uma maioria que está aqui representada. Com todo o seu direito o fez, mas chamo a atenção que isto foi a primeira vez que aconteceu, e sinceramente fico triste que do ponto de vista da nossa vida democrática política tal tivesse acontecido.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal João Valverde: “Eu abstive-me porque penso que não vale a pena estar sempre a repetir aquilo que já foi dito.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a deputada municipal Maria Gabriela Silva: “Muitas das pessoas que aqui estão presentes ficariam prejudicadas se houvesse uma continuidade do período de antes da ordem do dia. Estas pessoas que aqui estão presentes no público tencionam intervir, e se este período continuar vai prejudicar o público. Se o Presidente da Junta fez um comunicado à população para a convidar a vir colocar questões ao executivo da câmara aqui presente hoje, estar a defraudá-las hoje de o não poderem fazer seria muito injusto.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarece que esta votação foi a aplicação do Regimento que todos os deputados municipais aprovaram por unanimidade. O Senhor Presidente, esclarece ainda, que existe um período de antes da ordem do dia que se estabeleceu ser de uma hora e que para continuar por mais uma hora tem de se votar, por isso é apenas a aplicação do regimento e não a aplicação de uma qualquer regra anti-democrática.

Período da Ordem do Dia:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO DA GIESTEIRA.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a deputada municipal Maria Gabriela, Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião da Giesteira: “Gostaria de dizer que é uma honra para a Giesteira acolher uma reunião tão importante. Em quase 30 anos de poder local é a primeira vez que temos o privilégio de acolher uma reunião de carácter político. Estas reuniões nas freguesias rurais foram uma proposta do Sr. Presidente da Assembleia, e acolheram logo o meu apoio, porque, estas reuniões aproximam os deputados municipais das realidades das freguesias rurais, e por sua vez também aproxima as populações rurais para o debate destas questões que são importantes para a sua vida.

Na análise que fiz à Freguesia da Giesteira para aqui vos apresentar diria que:



Como pontos fortes destaco:

- A localização geográfica da Giesteira;
- A situação económica das famílias é razoável;
- Não existe ninguém a viver em barracas;
- Os dois casos mais precários de pobreza, um está resolvido e outro em vias de se resolver;
- Praticamente não há desemprego nesta aldeia;
- A protecção dos idosos é boa;
- Existe uma grande articulação entre as instituições e as famílias;
- Existe um Centro Social;
- Existe um Centro Desportivo;
- A existência de uma Associação de Idosos e Reformados;
- Existe uma Associação de Desenvolvimento Local;
- Existe um Clube de Caça e Pesca;
- Existe um Agrupamento de Escuteiros;
- Existe um Clube de BTT.

Como pontos fracos destaco:

- A protecção das crianças;
- Não existe uma creche;
- O apoio aos jovens ainda é diminuto;
- Insuficiente cobertura da rede de saneamento básico na aldeia;
- Não temos lotes para venda a preços acessíveis;
- A inexistência de espaços verdes públicos para lazer;
- Falta de passeios na rua da Sociedade e na rua de S. Sebastião;
- A remodelação do Polidesportivo;
- Existem também alguns problemas com o abastecimento de água.

Gostaria agora de apresentar as ameaças e as oportunidades.

Ameaças:

- Localização geográfica da Giesteira (porque os jovens pensam que estando em Évora também estão perto da família e conseguem ter acesso a determinadas coisas que não têm na Giesteira);



Oportunidades:

- Localização geográfica da Giesteira, embora seja uma ameaça também é uma oportunidade porque as pessoas sentem-se fartas do reboliço da cidade e acabam por querer cidadãos da Giesteira;
- Potencial turístico da Giesteira (Temos vestígios megalíticos, entre outros interesses);
- Gastronomia rica;
- O montado e as actividades que lhe estão associadas.

Nestes últimos 2 anos temos tido respostas a que não estávamos habituados, e por isso as coisas têm corrido mais depressa do que esperávamos, queria também realçar o trabalho do Dr. Monarca Pinheiro que tem sido incansável entre as juntas, e o executivo, onde procura dar sempre uma resposta.

A nível financeiro, as transferências de verbas tem sido feitas a não causar qualquer embaraço financeiro a esta junta de freguesia, e por forma a conseguirmos cumprir o plano de actividades.

Desejamos um desenvolvimento socio-económico equilibrado, tendo em conta a melhoria de vida da população, não queremos uma aldeia dormitório, queremos sim uma aldeia viva, porque não queremos perder os laços que nos unem como giesteirenses.

Tem que haver arrojo no planeamento dos espaços rurais, organizados como espaços privilegiados de continuidade e expansão das cidades. Sem corrermos o risco de perder qualidade de vida, e património inestimável do nosso Alentejo, temos que planejar para um futuro melhor.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal João Andrade Santos:
“Queria agradecer à nossa companheira de trabalho Dr.^a Gabriela Silva, o convite que nos foi dirigido, e o entusiasmo com que nos apresentou não só o seu caso, mas no fundo, o caso do mundo rural gravemente ameaçado. Eu não estou aqui em funções pela Região de Turismo, mas de qualquer forma o trabalho que a Dr.^a Gabriela sugere que tem de ser feito, não é um trabalho para um elemento da Assembleia Municipal, e qualquer discussão sobre como intervir em S. Sebastião da Giesteira ou em qualquer outra freguesia rural é uma discussão a ter em conjunto com a Câmara Municipal. No entanto, e falando não como Membro da Assembleia Municipal, a Região de Turismo de Évora lançou um programa de dinamização do turismo de aldeia, já tem 6 aldeias integradas, e esta rede alentejana está agora a lançar as bases de uma rede europeia, e a perspectiva é de através de uma “injecção” numa actividade económica específica, no aproveitamento de aldeias tradicionais, onde se incorpora uma actividade turística, dando-lhe novas formas de defesa da sua identidade, porque o serviço oferecido baseia-se na identidade em que se quer reforçar. Numa zona de valores tão importantes como os circuitos megalíticos, o montado e valores patrimoniais também importantes, é evidente que a procura de novas formas de economia neste tipo de aglomerado serão estes os elementos procurados, e estou certo que o entusiasmo da Dr.^a Gabriela e com a colaboração da Câmara Municipal e da Região de Turismo, nos permitirão articular uma intervenção neste



sentido. De qualquer forma queria agradecer em nome da Bancada da CDU o entusiasmo e a hospitalidade com que fomos recebidos.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Branco Filipe: “Queria perguntar à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião da Giesteira, como é feita a assistência médica aqui na aldeia?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a deputada municipal Gabriela Silva: “Eu penso que ou as pessoas já desistiram de fazer queixas dos médicos que cá estão, ou então as coisas estão a correr melhor. No inicio havia por parte dos habitantes muitas queixas aos médicos que vinham, mas neste momento não nos chegam queixas, fizemos uma melhoria nas condições físicas há dois anos, e em termos de atendimento também houve uma melhoria no transporte dos doentes, e temos tido aqui regularmente pequenos cursos de formação para tratar dos idosos, no entanto não temos por exemplo uma ambulância, mas contudo penso que esta é uma boa questão para o público responder.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “A questão da expansão do perímetro desta freguesia e com a possibilidade de oferta dos lotes de terreno. O Plano Director Municipal contempla os planos de urbanização das freguesias rurais, e a proposta está entregue desde 2 de Fevereiro na Comissão de Coordenação da Região Alentejo, e a comissão presidida pelo Governo, aqui representada pela Direcção Regional do Ordenamento do Território, que tem reunido com a Câmara Municipal. O trabalho está bastante avançado, e por exemplo pela primeira vez as freguesias rurais tem já a Carta da Reserva Agrícola aprovada, a Carta da Reserva Ecológica está aprovada e quase que se também já se podem considerar aprovados os perímetros urbanos das freguesias rurais, o que vai trazer para S. Sebastião da Giesteira oferta de lotes. A aprovação do Plano Director Municipal e do Plano dos Perímetros Urbanos das Freguesias, e uma vez que a Câmara Municipal não tem na sua posse terrenos municipais, as operações de loteamento ficam a cargo dos proprietários. A CME tem a responsabilidades de garantir os instrumentos de planeamento, mas faz um apelo aos proprietários dos terrenos que vão ser urbanizáveis que desencadeiem os mecanismos necessários às operações de loteamento para assim rentabilizarem a sua propriedade e também disponibilizarem aos municípios áreas para edificação. É óbvio que nestas operações de urbanização, vai haver áreas de cedência para o património municipal, áreas que vão ser destinadas a equipamentos, como os espaços verdes e de natureza cultural e também alguns lotes que a CME colocará à disposição dos municípios mais carenciados, ou a disponibilização de lotes municipais para autoconstrução. O município adquire o lote por um preço mais baixo e a CME cede o projecto que permite a possibilidade de a custos mais baixos a construção.

O Plano de Urbanização que está previsto para S. Sebastião cria condições para dar resposta a todas as necessidades do presente e de acordo com a tendências de crescimento para os próximos 10 anos. A responsabilidade municipal será em torno da elaboração de um plano de pormenor específico para o desenvolvimento do parque que se chamará Zona de Actividades Empresariais. Trata-se da construção de 13 lotes com dimensões diferentes, que se destinam a armazéns e serviços e a pequenas indústrias.

Esta freguesia tem um grande problema na área do saneamento, porque a topografia leva a que dificilmente que a drenagem apenas por gravidade toda a área da freguesia seja servida por uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

única ETAR, e seja qual for a solução que encontremos é difícil encontrar soluções óptimas devido à zona ser muito acidentada.

Para o Parque Infantil vai ser aberto o concurso de empreitada por um valor de mais ou menos 54 mil euros e prevêem-se a conclusão das obras do Grupo Desportivo.

Onde está localizado o parque infantil e o Campo Polidesportivo precisava de alguma intervenção, mas esse terreno em volta nem é da CME nem da Junta de Freguesia e o antigo proprietário também não dá importância àquele terreno. Aquilo que a CME tem de fazer é um processo administrativo muito complexo que passa primeiro por constituir aquilo como área de desanexação, depois fazer a escritura de transferência de propriedade para a CME ou para a Junta de Freguesia. O orçamento para este ano está completamente esgotado, mas para o ano teremos de inscrever no plano de actividades e orçamento a obra de recuperação daquele espaço.

Relativamente à questão do desenvolvimento turístico e do aproveitamento da localização de S. Sebastião da Giesteira, tenho a dizer que é intenção programática desta CME valorizar este circuito, que abrange 4 freguesias rurais do nosso município, Valverde, S. Sebastião, Boa Fé e Guadalupe. Foi pedido na última reunião da CME lançar o concurso público de concepção e construção de um circuito pedonal e ciclável que articule deste o megalitismo à fauna e flora, para dinamizar as freguesias. O que vai obrigar a uma negociação com os proprietários detentores dos terrenos contidos nesta área. Em complemento com esta iniciativa municipal, e em parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo candidatamo-nos ao programa LIFE. Projecto que visa três áreas fundamentais, como a gestão florestal desta zona, a definição de caminhos e a construção de pontes de observação da fauna e flora.

Outro problema que temos nesta freguesia é a rede de esgotos na Rua da Quinta, onde é difícil a rede de esgotos entrar devido à sua topografia, mas que esperamos que seja ainda este ano solucionável.

Sobre a política de descentralização cultural que nem sempre é bem compreendida, temos na medida das nossas possibilidades tentado trazer às freguesias rurais animação cultural.

Queria chamar a atenção para a necessidade para as valias patrimoniais que existem nas freguesias rurais servirem como alavancas para o nosso desenvolvimento. Hoje o turismo é o sector mais activo a nível económico, e não queremos um turismo centrado só na cidade de Évora mas queremos envolver todas as freguesias no esforço de valorização turística.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a deputada municipal Maria Gabriela Silva: “Queria perguntar quando é que se prevê o plano de urbanização aprovado?”

Queria ainda colocar a questão sobre quando a CME avançará com as obras na zona de instalação das actividades económicas, uma vez que ela está inteiramente disponível para isso, e não precisamos de um plano de urbanização para avançar com as obras, por isso queria perguntar para quando é que está previsto começarem as obras?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Neste momento o PDM está em discussão entre a comissão de acompanhamento e a comissão técnica que o elabora, a comissão de acompanhamento ficou de nos fazer chegar até ao mês de Setembro a primeira apreciação formal de todos os serviços. O PDM receberá um primeiro parecer da comissão e voltará a reunião de câmara para ser aprovado e será colocado a debate público. O debate público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

ocorre durante 60 dias e a CME tudo fará para que esse debate seja o mais participado possível pela população, depois do debate público terá de ir à Assembleia Municipal, de seguida vai para apreciação final à Direcção Regional do Ordenamento do Território e posteriormente para promulgação do Governo. Já tomei a iniciativa para ser recebido pelo Sr. Ministro das Cidades e Ordenamento, pedi-lhe particular atenção para a urgência da CME ver o seu PDM aprovado, e tive o compromisso do Sr. Ministro assim que o PDM chegar aos serviços centrais para homologação que será da maior celeridade. Se tudo correr normalmente penso que no primeiro trimestre do ano que vem o PDM estará aprovado.

Relativamente à zona industrial, esse projecto foi-me entregue ontem, e assim que o projecto estiver concluído tem de ir à CME para ser aprovado, depois terá que ser aberto concurso para a empreitada da construção do respectivo parque.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá por concluído o ponto um da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente dá inicio à chamada:

1. Luís Manuel Capoulas Santos
2. Lino António Marques de Carvalho – Substituído por António Sousa da Silva
3. Acácio Monteiro Alferes
4. Carmen Dolores Pirra Balesteros – Substituída pelo 1º secretário
5. Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho – Substituída por Francisco Pândega
6. Raimundo de Céu Cabral
7. José Joaquim Palma Rita
8. Rui Manuel Fialho Rosado – Substituído por José Cabrita Nascimento
9. José da Silva Costa Russo – Substituído por Carmen de Assunção Cangarato
10. José Luís da Conceição Cardoso
11. Jorge Maria de Fontes Alferes Lourido
12. António Manuel Soares Serrano
13. Celino José Rodrigues da Silva
14. Rui Manuel Boleta Grilo – Faltou não se fez substituir
15. Maria Augusta Portas Pereira – Faltou e não se fez substituir
16. João Carlos Garcia de Andrade Santos
17. Luís Pereira Carmelo – Faltou e não se fez substituir
18. Maria Helena dos Santos Costa
19. Nuno Miguel Botas Lino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

20. João Luís Latas Lázaro
21. Carlos Jorge Pires Percheiro
22. António José Ventura Ramos
23. Luís José Pimpão Pasadas
24. Maria Helena Azevedo dos Santos Teixeira da Silva
25. José Manuel Mateus
26. Baltazar João Avó Damas
27. Maria Luísa Palma Baião
28. Victor Jaime Ribeiro dos Santos – Substituído por António Branco Filipe
29. Estevão Catarino dos Reis Bicho – Substituído por João Olgário Vicente
30. Isidro José de Oliveira Lobo – Faltou
31. Francisco José Remangas Estevão
32. José Vitorino Piteira
33. João José Valverde
34. João Leocádio Correia Ricardo
35. António Manuel Fialho Russo
36. José Carlos Bravo Nico – Faltou e não se fez substituir
37. Maria Gabriela Caixeiro Martins da Silva
38. Miguel Galvão Garcia Chumbo – Substituído por Joaquim Calado Janeiro
39. João Manuel Horta Rodrigues – Faltou e não se fez substituir
40. Jerónimo António Coelho Mendes - Faltou e não se fez substituir

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal relembra aos deputados municipais a comunicação da retirada do Ponto 6 da ordem de trabalhos. Relembra ainda da alteração à documentação do Ponto 8 da ordem de trabalhos.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “O período desta informação corresponde aos meses de Junho, Julho e Agosto, e neste período concentrou-se a principal época de férias dos serviços.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Este período abrangeu também a feira de S. João, e a opinião que tem chegado à CME é muito positivo, quer por o número de visitantes quer pela qualidade do espaço possível, e também pelo programa de animação que lhe esteve inerente. O custo da feira de S. João de 2003 foi praticamente igual ao custo da feira de 2002, e representa para a CME um grande esforço. Temos que trazer à Assembleia a questão da gratuitidade da entrada em alguns espectáculos da feira. É uma prática que alguns municípios seguem, e que para termos qualidade em alguns espectáculos temos que ponderar essa realidade.

O Évora Moda 2003, que constitui um potencial de mediatização e de promoção, e a sua Câmara valorizou o espaço cénico que a cidade tem para a realização de eventos deste tipo. Este Évora Moda foi maior do que o Évora Moda 2002, o comércio local teve oportunidade de mostrar as suas colecções, foram à volta de 20. Os dois objectivos foram nomeadamente promover o Alentejo e a cidade como espaço privilegiado capaz de realizar eventos desta dimensão e promover o comércio da cidade.

Durante o mês de Julho e Agosto realizou-se o festival de Verão 2003, centrado em 3 pilares essenciais, sendo o primeiro pilar a forma democrática como queremos que seja a cultura na cidade, o segundo pilar é a descentralização da cultura porque chega até às freguesias, e o terceiro pilar é a qualidade.

Temos excelentes relações com todos os artistas da nossa cidade, desde os amadores aos profissionais. O título “A Arte em Toda a Parte” vem congregar exactamente aquilo que pretendemos continuar.

Em termos de obra queria chamar a atenção a abertura oficial ao trânsito da estrada que liga o Bairro da Vista Alegre às piscinas, e por essa via a estrada da Malagueira como acesso para a estrada no sentido de Lisboa.

Foram concluídas neste período as obras na Rua Elias Garcia e no Largo Luís de Camões, e da Rua Álarcova de Baixo. Queria chamar a atenção da assembleia que as obras da Rua Elias Garcia e do Largo Luís de Camões atrasaram-se por 2 meses devido à arqueologia e pelo Inverno tão rigoroso. A complementaridade desta obra é o Programa Casa Caiada, e já está aberto o concurso de empreitada.

No plano estratégico onde foi assinado o contrato de concessão entre os 6 municípios que integram o sistema municipal de água e abastecimento, a empresa Águas de Portugal e a EDIA, foram assinados os contratos de concessão para recuperação de obras de construção e de gestão em toda a área do concelho. Aproveitando as obras das Vias de Cintura que estão em curso, a parte da nova adutora de 25 Km que constitui o principal problema da quantidade da água de abastecimento a Évora, e que nos faz passar o Verão um pouco numa gestão “ao litro” da água. Toda a parte da adução vindo do Monte Novo até ao Alto de São Bento, este espaço já está praticamente resolvido.

Neste período foi particularmente significativa a visita do Príncipe Filipe de Espanha, e a visita do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. Atestam a projecção externa e a qualidade do Concelho, e atestam o papel relevante que o nosso património representa não só em termos nacionais mas também em termos de promoção do País além fronteiras. Cada visita destas traz consigo a comunicação social desses países à nossa cidade.

Estes foram os pontos essenciais, no entanto estou disponível para qualquer dúvida que encontrem no documento de suporte que foi entregue sobre a actividade da câmara.

Tendo em conta a situação financeira da câmara e por estarmos no terceiro trimestre deste ano, entendi que, devia trazer à Assembleia Municipal uma informação mais detalhada sobre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

situação actual da CME. Revela que 64% do orçamento já foi executado, revela uma diminuição significativa da dívida de curto prazo, revela que a contenção com despesas de pessoal tem servido de almofada para outras despesas correntes. Todos os subsídios distribuídos, e alguns apoios que tem sido dados no Concelho saem das despesas correntes, e como tal há uma sobrecarga sobre o orçamento de correntes, no entanto temos conseguido gerir e esperamos chegar ao fim do ano sem ter que fazer uma alteração orçamental.

“Não temos nenhuma dívida de curto prazo à banca, e a dívida a fornecedores diminuiu em relação ao ano passado. A dívida de médio e longo prazo que está consolidada. Quero dizer ainda à AME que até agora ainda não foi utilizado nenhum empréstimo de curto prazo apesar as autorização que temos da assembleia.

Queria chamar particular atenção da assembleia sobre o que tem sido feito na recuperação dos caminhos rurais. Por uma questão contabilística, há uma pequena situação que temos de ter em conta no próximo orçamento, pois tudo o que seja reparação de caminhos entra no orçamento de correntes, mas o orçamento de correntes tem fontes de receita muito limitadas, o que implica que esta nova organização da contabilidade autárquica obriga a que a CME este ano ainda para dar resposta às solicitações que tem para recuperações de caminhos tem de ter uma gestão muito rigorosa por forma a não se chegar à exaustão do orçamento de correntes.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Andrade Santos: “Queria fazer 3 perguntas, uma é sobre o contrato assumido com as Águas de Portugal, queria saber qual é a parte que os municípios têm no capital da nova empresa, e que perspectivas existem em matéria de pedido de indemnização das Águas de Portugal.

A segunda questão, olhando aqui para os números constatei que, de acordo com o Dr. Eugénio a dívida actual ronda os dez milhões de euros, portanto inferior à que se verificava em 2002 que era cerca de doze milhões de euros. Estamos com 8 meses corridos, e de acordo com esta proporcionalidade no final de 2003 teríamos uma dívida superior, e é este esclarecimento que eu queria.

Relativamente ao mapa dos empréstimos de médio e longo prazo passa-se de 29 milhões de euros e de 6 milhões de euros de 1 de Janeiro para 29.7 a 31 de Agosto. Este aumento foi feito por escalonamento de empréstimos de longo prazo?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal António Serrano: “Gostaria de dizer que acho que a organização da informação tem melhorado, no entanto penso que ainda se poderia melhorar.

Queria fazer uma correcção de um mapa que aqui está no documento, há um quadro sobre os empréstimos de médio e longo prazo que não está correcto, o saldo dos empréstimos de longo prazo não são de 29 milhões mas sim 24 milhões 521 mil e 748 euros. Se compararmos a coluna daquilo que era dívida no inicio de 2003 com aquilo que foi amortizado dá menos 5 milhões de euros. Esta informação financeira permite-nos dizer que há um esforço considerável da câmara em controlar, com sucesso, o andamento da despesa, e naturalmente que fez uma operação de consolidação da dívida eliminando as necessidades de financiamento de curto prazo, mas ainda assim só em fornecedores e em empréstimos de longo prazo a câmara tem uma dívida de cerca de 34 milhões de euros. Este esforço traduz a meta da câmara conseguir equilibrar as finanças, mas gera dificuldades no aumento de actividades, e o município equacionará concerteza possibilidades de conseguir novos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

meios, e só conseguirá através de duas vias, ou através da atracção da actividades geradoras de receitas para este Concelho ou tem de recorrer ao endividamento, naturalmente que o endividamento tem sempre um horizonte de investimento, no entanto devemos apostar no desenvolvimento de actividades que tragam benefícios para as populações, e que gere riqueza para a população.

Há também um erro no documento que leva à má interpretação que o Dr. Andrade Santos fez, onde diz que “é seguro que a dívida acumulada ronde os dez milhões de euros”, agora aquilo que é e não pode ser outra coisa é que a dívida acumulada no final de 2003 ronde os dez milhões mas pelos números que vi penso que o que se pretende dizer é que “a dívida acumulada no final de 2003 ronde os dez milhões de euros”. É claro que este documento não é proporcional, portanto se for dez milhões de euros no final do ano de 2003 sendo que foram onze milhões de euros no final de 2002, naturalmente que houve uma melhoria significativa. Este documento da forma como está apresentado pelo director do serviço, eu penso que poderia ser mais aperfeiçoado, comprehendo que por vezes não haja todas as condições, mas o que acontece é que quem faz sabe o que quer dizer mas quem lê não entende tecnicamente o que lá está.

Para concluir queria dizer que em termos financeiros há uma melhoria, há um esforço de controlo relativamente aos anos anteriores, mas ainda estamos com o nível da dívida muito elevado que compromete o volume de investimento necessário que é necessário fazer no nosso município. Temos que encarar esta situação e a câmara certamente que está preocupada com esta situação, e por ter a responsabilidade directa de gerir a situação, mas é uma matéria que nos preocupa a todos.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal António Russo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Manços: “Sobre os subsídios para as actividades culturais, assunto que já vem do ano passado, em que foi atribuído num plurianual da câmara de 15 mil euros para apoio à bancada do Grupo Desportivo de S. Manços. Esses 15 mil euros ainda não os recebemos, e ainda se deve dinheiro ao empreiteiro que fez o trabalho. Queria saber se ainda vamos receber o subsídio.

Outro assunto é o do Dique do Ribeiro do Corvo, eu recebi uma comunicação a dizer que as obras iam começar para se fazer o dique e até à data ainda não foram feitas as obras. Queria saber se há algum inconveniente em fazer aquela obra?

Relativamente às escolas também fiz a pergunta à CME sobre as obras para fazer a limpeza, foi-nos dito que iriam ser feitas em finais de Agosto e estamos em finais de Setembro e ainda não foram as obras feitas. Queria saber se estão programadas e para quando?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “A informação das actividades da CME à assembleia é sempre um momento de balanço da actividade do município, a bancada da CDU já foi tomando posição sobre o conjunto de elementos principais que vêm aqui retractados. No entanto há aqui duas questões que gostaria de realçar, uma primeira questão refere-se na página 3, quando em relação há feira de S. João e ao certame das actividades económicas, em que diz que este ano as entradas continuaram a ser gratuitas, o que pressuponho que esta frase tem por detrás a intenção de alterar este procedimento, parece-nos nesse sentido que esta alteração nas condições em que a feira é realizada ser completamente desajustada e não servirá os munícipes da cidade. Outro aspecto que gostaria de realçar tem a ver com a assinatura da CME na concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Centro Alentejo à empresa Águas do Centro Alentejo, também sobre isto a CDU já manifestou a sua posição mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

gostaríamos de realçar essa posição, e o que pensamos é que é um erro profundamente grave e que irá certamente causar problemas graves à população de Évora no que respeita às privatizações. A água é uma das riquezas principais deste século, e basta ver as grandes empresas multinacionais da Nestlé e outras que já tem hoje na sua mão as maiores reservas de água do planeta, e abrir mão deste sistema é uma má política. O terceiro aspecto onde gostaria de pedir esclarecimento é se no relatório de contas que aqui aparece já estão consignados os financiamentos do conjunto de obras que foram dadas a conhecer na última reunião da AME.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Celino Silva: “Se o Sr. Presidente da câmara entender talvez me possa responder, eu reparei que no relatório não há qualquer referência ao chamado plano de gestão ambiental que constava no plano de actividades deste ano, mas provavelmente foi algum esquecimento.

Há referência no plano de actividades para este ano o chamado plano de mobilidade urbana e que também não há referências aqui. Mas aparece uma coisa nova no relatório de Junho, Julho e Agosto que se refere a um dossier sobre acessibilidades no Concelho e sua implementação.

No plano estratégico referido na página 10 no plano de actividades para 2003 mas não tem qualquer referência neste relatório que a câmara deu grande relevo na forma de apresentar esse relatório de actividades. Há uma questão que aparece aqui escrita nestes termos, “avaliação e pequenos aperfeiçoamentos nos PU das freguesias rurais”, página 22 deste relatório de Junho, Julho e Agosto de 2003. Eu gostava que o Sr. Presidente de uma forma o mais simples possível certamente me desse a explicação do que foram estes pequenos aperfeiçoamentos, se é que é possível dar neste momento esta informação.

Ligada à questão da melhoria da informação, e que o nosso colega Serrano falou, eu senti necessidade de, tendo em conta os grandes objectivos que constam no plano de actividades, tendo em conta que esses objectivos se traduzem por um conjunto de investimentos que estão no plano plurianual de investimentos que é apresentado de acordo com estes objectivos e em que cada uma das áreas da câmara concorre com determinado tipo de operações, em que por exemplo na questão da mobilidade urbana da cidade estava previsto à volta de 5 milhões de euros, o que representava 20,7% do plano plurianual de investimentos, eu gostava de avaliar qual foi em Agosto a percentagem que foi cumprida daquilo que foi previsto dos tais 5 milhões. Não sei se é possível ter agora estes dados aqui?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Respondendo à intervenção do Dr. Andrade Santos, a estrutura de capital da empresa das Águas Centro Alentejo, é público e foi numa cerimónia pública que tudo se processou, o que corresponde a 51% das Águas de Portugal, a 44% do conjunto dos 6 municípios que integram o sistema e a 5% da EDIA. Foi entendido primeiramente ser uma relação de 51 para 49, mas os municípios entenderam prescindir 5% do seu capital, neste o momento que a sua representação nos órgãos da empresa não fosse afectada, e envolvemos a EDIA neste processo pelo seguinte: nós temos necessidade de construir o canal adutor que virá desde a estação elevatória dos Álamos até à Barragem do Monte Novo, porque a Barragem vai ser a origem principal de água, não só para o Concelho de Évora mas também para o Concelho de Reguengos de Monsaraz e de Mourão. Até 2006 a EDIA construirá o canal de adução desde a estação elevatória dos Álamos até Monte Novo. As Águas de Portugal continuam a ser uma empresa pública, de capital exclusivamente público, eu coloquei essa questão ao Sr. Ministro, e o que está previsto é a possibilidade de abrir a capital privado as Águas de Portugal. As Águas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Portugal á uma holding altamente rentável, com intervenções um pouco por todo o mundo e a abertura de capital privado permitiria-lhe à mesma ser cotado em bolsa. A cotação em bolsa da empresa dada a sua rentabilidade, penso que constitua uma forma de financeiramente reforçar a sua capacidade de intervenção. Em todo o caso os contratos que nós temos assinados enquanto municípios não serão alterados pela liderança de estrutura de capital que venha a ocorrer nas Águas de Portugal. Existe ainda um aspecto que me cumpre realçar, é que a empresa está em funcionamento e está a realizar obra, outros exemplos de outro tipo de intervenções sociais que infelizmente constituídas ou anunciadas há mais tempo, não estão constituídas nem têm os órgãos a funcionar e muito menos estão a realizar obra, por exemplo da recolha dos ecopontos. Penso que se ganhará tempo imprescindível, pois seria impossível para a CME estar a construir como está neste momento a nova adutora que vai resolver os problemas de abastecimento de água. Assim como beneficiações nas várias freguesias, não só relativamente às origens da água como no tratamento da mesma. O Sr. deputado municipal levantou uma questão, em que é bom que nos lembremos de dois aspectos fundamentais, um é que está praticamente concluída o pagamento da dívida a terceiros relativamente ao ano de 2001, o que quer dizer que durante estes 20 meses de mandato todas as dívidas a curto prazo, não devemos nada a fornecedores, não devemos nada de 1997, 98, 99, 2000 e 2001, o que é um salto qualitativo dessa dívida. Mas isso tem um outro efeito, que por um lado essa dívida é paga à custa do orçamento de cada ano, em que quando nós começamos o exercício financeiro da execução orçamental do ano de 2003 em que estamos, há uma parte substantiva daquilo que está prevista para o orçamento que é retirada para pagar a dívida transitada de anos anteriores. Temos 407 projectos que não estão no plano de actividades por não terem cabimentação para pagar dívidas a pequenos fornecedores. A execução orçamental não traduz aquilo que foi feito só este ano, traduz aquilo que se teve de pagar de dívidas de anos anteriores.

Estamos a concluir o mercado 1º de Maio, estamos a concluir as Vias de Cintura, concluímos praticamente a estação de tratamentos de águas que significou quase uma estação tratamento nova, concluímos a ETAR de Valverde, estamos a concluir a instalação de equipamentos na estação de tratamento da Barragem do Monte Novo. Uma parte significativa destas intervenções são compromissos de empreitada assumidos do executivo anterior, e a CME estava a ser pressionada legitimamente pelos empreiteiros concessionados e se não lhes desse execução significava que ficava com as obras por fazer e ainda dar indemnizações aos empreiteiros. Os compromissos assumidos não constituem dívida contabilizada. Quando se diz que o orçamento está executado a 64%, está efectivamente em relação aquilo que estava previsto em orçamento, e muito disso traduz esse pagamento de dívida. Pagar tudo o que se está a pagar, e manter a actividade que se mantém e conseguir reduzir a dívida de curto prazo num ano em 400 mil contos, é de facto relevante, e sem recorrer a novos empréstimos de curto prazo.

No que respeita à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Manços, sobre ainda não ter recebido o subsídio, de facto ainda não foi possível, o nosso compromisso é pagá-lo até ao fim do ano. Não o recebeu porque não há contabilidade para isso, mas podemos tentar pagar em duas vezes, tal como estamos a fazer com outras juntas.

A questão do dique da Ribeira, tenho informação de que foi adjudicada a obra, e as obras se vão iniciar em Outubro, segundo a informação que tenho.

Relativamente ao que o Sr. deputado municipal Jorge Lourido gostava que não ficasse a mínima dúvida sobre o pagamento da entrada na feira de S. João nomeadamente no pavilhão das actividades económicas, eu nunca disse isso, o que eu referi, e a exemplo do que acontece noutras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

municípios aqui bem perto, como Montemor-o-Novo por exemplo, em que alguns espectáculos culturais para garantir a qualidade dos mesmos poderão ter uma entrada simbólica. O que poderá acontecer, e que será trazido à Assembleia Municipal e discutido pelos seus membros com toda a responsabilidade, que para se manter espectáculos em cujo cachet custa 5 ou 6 mil contos a câmara de Évora não tem dinheiro para continuar a oferecer isso de forma gratuita. Em que a solução é que ou se faz essa entrada paga nesse tipo de espectáculos de cahets mais elevados poderem ter uma pequena comparticipação de entrada.

Relativamente ao que disse o Sr. deputado municipal Celino, sobre os pequenos acertos, quero-lhe dizer que a estrutura base da revisão do plano director municipal manteve-se em relação aos trabalhos que já tinham vindo a ser desenvolvidos anteriormente, esta CME herdou algum trabalho já desenvolvido mas sobre o qual é necessário fazer alguns acertos de estratégia.

Sobre a questão das acessibilidades, informo que estão em curso obras em N.^a Sr.^a de Machede na estrada de Santa Susana, foi feita obra de recuperação na estrada de N.^a Sr.^a dos Aflitos, foi financiada a Junta de Freguesia de N.^a Sr.^a de Machede para em parceria com a CME para obras na freguesia.

O Plano de Mobilidade Urbana vai ser realizado mediante um protocolo, com o Departamento de Transportes do Instituto Superior Técnico.

A questão do Plano de Gestão Ambiental foi chumbado, temos a intenção de a incluir no âmbito do Plano Director Municipal. Quanto à questão do Plano de Estratégia, para este plano foram consultadas 3 empresas para a realização do mesmo, uma não respondeu, outra respondeu a dizer que não estava disponível, e apenas uma respondeu e à qual vai ser consignada a realização do mesmo, é a empresa “Quatro N”.

Gostava ainda de salientar o esforço dos nossos serviços, em parceria com as juntas de freguesia, sob a coordenação da Sr.^a Vereadora Fernanda Ramos, que tem essa competência, para fazer a intervenção que se fez no período de Verão nas escolas primárias no nosso Concelho, nomeadamente nas escolas da cidade que eram as que estavam piores, o que permitiu que o ano lectivo tivesse a possibilidade de abrir em 5 das 6 escolas no dia 15 e na 6^a escola no dia 22, e isto obrigou a um esforço em período de férias.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Nuno Lino: “Queria felicitar a Câmara Municipal enquanto promotora do Portugal Air Show, foi um evento muito participado, e queria destacar a participação de um avião que combateu na Segunda Guerra Mundial, que está restaurado e em estado de voo e que fez várias manobras pela primeira vez em Portugal, que deixaram deslumbrados todos os presentes.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr.^a deputada municipal Helena Costa: “Tenho aqui alguns pedidos de informação que desejava que me fossem dados pelo Sr. Presidente da CME. A primeira questão diz respeito à Évora Moda, e gostava de saber qual foi a participação da CME nesta iniciativa e quais foram os critérios de atribuição dos bilhetes para o evento. Porque no dia do evento a população mais pobre da cidade viu a sua entrada barrada no evento, enquanto uma elite tinha bilhetes para entrar.

Em relação à iniciativa uma Vida Uma Árvore, gostava de saber o que já foi feito, o que está por fazer e o que está previsto fazer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Na página 33, onde diz elaboração de relatório sobre regras de espaços verdes públicos, eu queria saber em que consiste a elaboração deste relatório, porque se nós olharmos a nossa zona verde, principalmente às Portas de Aviz que quase já não há espaços verdes, e também há uma situação que eu gostava de ser esclarecida, porque todos os dias sou abordada, é sobre o mau cheiro que vem dos contentores.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Baltazar Damas: “Queria falar sobre o que diz na página 22, onde se fala sobre a remodelação do projecto da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, o que me deixa satisfeita e com redobrado animo, porque é uma situação que vem desde há 4 anos, e agora não só vão ser lá colocadas mais árvores, como também num esforço significativo desta gestão da CME vai ser feito uma aperfeiçoamento para resolver o problema nas caixas que estão a provocar problemas na Avenida, mas situação esta que poderia ter sido logo feita de inicio nas devidas condições sem ser preciso agora ir gastar mais dinheiro.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Celino Silva: “Da mesma maneira que me insurgi no Plano de Actividades para 2002 e 2003, na forma como a CME se referia aos instrumentos do planeamento que estavam em curso, agora felicito porque esta questão dos pequenos acertos, em que se mantém a estrutura básica herdada não é mesma coisa que dizer que é preciso ultrapassar incongruências dos planos.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Secretário José Lourido: “Queria colocar duas questões: Primeiro se a CME tem alguma avaliação da participação dos munícipes no Festival de Verão e que avaliação faz do mesmo. A segunda questão tem a ver com o Évora Moda e aqui queria fazer duas perguntas concretas, sendo a primeira saber quais foram as lojas do comércio local que tiveram a possibilidade de mostrar no Évora Moda as suas colecções, a segunda pergunta tem a ver com saber quais os jovens estilistas que participaram neste evento?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Em relação ao Évora Moda a CME contactou as entidades competentes para saber quem estava interessado em assistir ao Évora Moda, e todos os que mostraram interesse foram convidados, e neste âmbito estão incluídos os senhores deputados municipais, pelo que se a Sr.ª deputada municipal Helena Costa não foi contactada foi por qualquer falha de serviço. Num total de entradas a CME distribuiu apenas 50 entradas e todos os outros bilhetes foram distribuídos pelos comerciantes locais e alguns pela organização. O evento tinha capacidade para 600 lugares sentados, das cerca de 20 lojas participantes do comércio local cada uma recebeu 20 convites para distribuir pelos seus clientes, e às pessoas que lá estavam sentadas a quem a senhora chamou de elite foram convidadas pelas lojas locais que participaram no evento. Por imposição da CME, e contrário ao que era o objectivo da organização, o recinto não foi completamente vedado e houve um espaço para pessoas que resolveram aparecer, o que aconteceu no evento foi aquilo que acontece em qualquer espectáculo, porque não é possível toda a gente entrar e há sempre, como em qualquer espectáculo quem fique de fora por já não haver lugar.

A Senhora Vereadora é quem vai responder às questões relativas aos contentores e relativa aos espaços verdes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Sobre o que o Sr. deputado municipal Avó Damas referiu o que vem aqui espelhado é que é preciso alterar aquele projecto, e a obra está orçada em 14 mil contos, e trata-se da reposição da coerência dos perfis dos lancis para evitar as situações que descreveu.

Em relação ao Sr. deputado municipal Celino Silva, saúdo a sua frontalidade, quer na critica quer no reconhecimento da situação.

Em relação ao Sr. deputado municipal José Lourido, tenho a informação de que as estimativas de participação nos espectáculos de Verão estiveram à volta de 5 mil espectadores, e foram realizadas 54 iniciativas, não só de música mas também no âmbito do teatro, de exposições e de lançamento de livros.

Em relação à questão de quais foram as lojas que participaram no evento, e como já tinha explicado que esta é uma organização da Associação das Mulheres Empresárias com a CME, e foi esta associação que contactou todos os estabelecimentos da cidade e estiveram presentes todos os que tiveram esse interesse.

Os jovens estilistas que participaram, foram a Marta Ricardo e a Paula Pequito, foram só dois mas espero que para o ano sejam muitos mais.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra á Senhora Vereadora Fernanda Ramos: “Relativamente ao programa “Uma Vida Uma Árvore, queria dizer à Sr.^a deputada municipal e a todos os membros da Assembleia que este programa está a correr com normalidade, e como sabem este processo não depende exclusivamente da CME mas depende também da indicação, por parte do hospital, dos nascidos. Quero dizer ainda que ultrapassámos em muito aquilo que eram as nossas previsões de plantação de árvores por ano, não estamos a plantar árvores só dependente das crianças que nascem, pois há plantações de árvores todos os dias no nosso Concelho para dar resposta às necessidades de todas as árvores que são necessárias de plantar nas urbanizações.

Sobre a questão da higiene e do problema dos contentores e do mau cheiro, quero assumir que houve um problema durante o Verão, porque como sabem é exactamente neste período que temos menos pessoal e é difícil de cumprir os calendários que estão definidos, e depois porque tivemos a infelicidade de termos o carro da lavagem dos contentores avariado, tendo de se fazer uma reparação muito significativa com peças que tiveram de vir de fora o que resultou o não cumprimento da planificação que estava feita. Já está reposta a situação, os contentores já estão a ser lavados, e a informação que os serviços têm é que a lavagem tem de ser feita de 15 em 15 dias. Existem 80 contentores que estão a ser lavados diariamente. Estamos a promover uma acção de sensibilização junto da população no sentido de podermos contar com a colaboração dos munícipes, para que os contentores possam estar em melhores condições.

Relativamente à questão do Plano de Rega, quero informar que este plano foi desenvolvido pela necessidade sentida de podermos equacionar qual a origem da água utilizada na rega dos nossos espaços verdes. Esse plano foi elaborado pelos serviços da DEUA, com um esforço significativo e num curto espaço de tempo verificar de onde provinha a água. E por incrível que pareça a grande parte da rega dos espaços verdes é feita com a água da rede pública. Temos neste momento equacionadas alternativas, como poços e furos, vamos implementá-los umas vez que consideramos que não é justo fazer a rega da rede pública, porque não só é preciso para o consumo da população como também uma água tratada é muito mais cara do que uma água que não é tratada.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Andrade Santos: “Queria dizer, que em primeiro lugar sobre a dívida de curto prazo que se está a reduzir e que se espera que chegue ao fim do ano em 10 milhões de euros, mas que também em alternativa a dívida global, ou seja a dívida de longo prazo pelo segundo ano consecutivo aumenta. De qualquer forma agradecia que em futuras informações deste tipo nos fosse facultado informação sobre a evolução das receitas.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal João Ricardo: “Quero dizer 3 coisas, uma relacionada com a água, outra com os ecopontos e outra sobre a descentralização cultural por parte deste executivo. Pela primeira vez constato que este executivo é quem tem dado prioridade a esta questão da água, fiquei muito satisfeito por saber que já está programada a construção para os novos depósitos de água da Azaruja, porque era um problema que se arrastava há mais de 20 anos. Relativamente aos ecopontos, estes estão montados mas a recolha do material que neles se encontra não é feita com a periodicidade que devia ser feita. Quanto à questão da descentralização cultural, queria dizer que foi este executivo quem fez pela primeira uma descentralização cultural pelas freguesias, mas também reconheço que alguns espectáculos, que pela sua natureza, façam mais sentido serem realizados em Évora do que nas freguesias rurais. No entanto qualquer Presidente de Junta gostaria de ter na sua freguesia um espectáculo de grandes dimensões.”

Queria ainda falar sobre a questão do Évora Moda, nomeadamente dos jovens estilistas que participaram, em que estes tiveram que apresentar um portfólio a quem de direito, e se este teve algum valor serão aceites ou não.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal José Mateus: “Eu queria deixar aqui uma referência elogiosa ao pessoal que trabalhou nas obras da Rua Elias Garcia e no Largo Luís de Camões. As pessoas sabem o quanto é doloroso andar a trabalhar dias e dias à chuva. Foi com grande esforço que as pessoas conseguiram fazer a obra, e ultrapassando pouco o prazo previsto, e sem fazer horas extraordinárias. A fiscalização da CME tanto da obra como da arqueologia acabava no horário normal da CME, e por isso os trabalhos foram sempre acompanhados.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal José Piteira: “Na comunicação da CME à Assembleia, na página 26, onde fala da pavimentação dos passeios na zona de Nossa Senhora de Machede como uma obra concluída, não devemos estar a ver a mesma obra porque esta obra não está concluída, e é uma obra que é também em parceria com a Junta de Freguesia.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Em relação à intervenção do Sr. deputado municipal Andrade Santos, esta é uma matéria que devíamos excluir e compreender que nesta matéria algum consenso. Nós estamos este ano e devemos estar nos próximos anos a assumir em termos de pagamento aquilo que eram compromissos anteriormente, portanto quando o Sr. deputado municipal diz que pelo segundo ano consecutivo a dívida aumenta, o Sr. está a falar na dívida que está agora contabilizada, porque a dívida diminui, o que acontecia é que havia facturação relativa aos anos de 1997, 98, 99 e 2000 que não estava contabilizada, isto é, não configurava na dívida porque não havia contabilidade registada dessa factura, e agora há, e por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

os números são estes. Não é justo que se continue a dizer que a dívida pelo segundo ano consecutivo está a aumentar, quando se sabe que a dívida contabilizada aumentou muito, e continua a aumentar porque surgem facturas de despesas feitas, por exemplo em 1999.”

PONTO 3 - Deliberação sobre o texto final do regulamento de Actualização das Taxas, Tarifas e Preços.

Discussão do regulamento na generalidade:

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Trata-se da aprovação de um regulamento que tem de ser submetido à Assembleia Municipal para posteriormente ser publicado e entrar em vigor. O regulamento que até agora tem estado em vigor tem sofrido actualizações anuais, e a ideia é que este também venha a sofrê-las.

Na CME este regulamento foi aprovado por unanimidade à excepção do artigo 57.º, que foi o que suscitou a maior polémica, que tem a ver com a possibilidade de alguns parques de estacionamento situados na envolvente directa da muralha, quando forem beneficiados com pisos de qualidade, com iluminação e com segurança e com guarda, e se alguma vez isto vier a acontecer ser previsto a taxa de 1 euro por 24 horas de estacionamento, que pode dar origem a um passe àqueles utilizadores diários, e para além disso com esse bilhete de estacionamento terem acesso à carreira de autocarros, como a carreira de linha azul sem que paguem mais nada por isso. Existe também, na implementação deste artigo, uma parceria com as associações de solidariedade social e as associações humanitárias, em que essas associações asseguram o serviço de guarda a troco de ficarem com 50% das receitas do mesmo. As duas associações que estão interessadas neste projecto são nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Évora, e a Associação de Pais e Amigos das Crianças com Deficiência Mental. Este artigo não é para ser já implementado, mas sim quando os parques de estacionamento reunam todas as condições que já tinha mencionado.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “Do ponto de vista processual a Bancada da CDU gostaria de fazer a votação em separado. Primeiro de uma forma global e depois deste artigo em específico.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal coloca o regulamento à votação, na generalidade.

O Regulamento foi votado na Generalidade:

- Na Generalidade o Regulamento de Actualização das Taxas, Tarifas e Preços foi aprovado por unanimidade.

Discussão do regulamento na Especialidade:



O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “Ainda relativamente a questões gerais, aparece no ponto 4, aditamento do artigo 10, que diz o seguinte: “As taxas constantes dos anexos são actualizadas semestralmente por deliberação pela Câmara Municipal e publicadas em edital nos lugares de estilo”. A minha dúvida é, sendo a aprovação destas taxas uma competência da assembleia municipal, e a deliberação é da assembleia municipal e a execução será da câmara, se esta formulação estará correcta. É uma dúvida que me suscitou neste ponto.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal refere que já se discutiu e votou o documento na generalidade, e que embora constate a pertinência da questão sugere que se estabeleça uma solução de compromisso em relação à discussão e votação do documento.

Concluiu-se que a votação na generalidade está feita e a sua discussão encerrada, passando-se assim para a discussão e votação do documento na especialidade.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Esta tabela de taxas foi preparada pelos serviços jurídicos da CME em articulação com o Departamento de Organização e Administração dos Recursos Financeiros, pelo que creio que estamos a trabalhar com pessoas competentes. A possibilidade que aqui é aberta, é que a CME fique autorizada pela Assembleia à actualização semestral destes preços, que tem a ver com trabalhos de carpintaria, ou de alvenaria.”

O Senhor Presidente da AME, alerta para a alínea e) do n.º 2 do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal que diz o seguinte: “É competência da AME em matéria regulamentar...sob proposta da CME estabelecer de acordo com a lei taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos.” E o facto de o artigo 10.º dizer que “as taxas constantes dos anexos”, o que quer dizer que quanto muito a CME poderá propor à Assembleia Municipal a sua actualização e não actualizar directamente.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal António Serrano: “Numa tentativa de ajudar, julgo que se trata de actualizar preços, e sendo assim no artigo 10.º em vez de taxas devem ser preços.”

O Senhor Presidente da Assembleia conclui: “Admitamos que a proposta da Câmara contém no artigo 10.º um lapso, e portanto onde se lê as taxas deve ler-se os preços, e como tal é assim que vai ser votado.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “O anexo 1 tem a ver com os sinais de transito, mas o que de facto não é verdade porque o anexo está incluído no próprio artigo.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Senhor Presidente da Assembleia coloca à votação na especialidade o documento, ressalvando a questão dos anexos e ressalvando a questão do artigo 10.º, em que onde se lê “as taxas” deve ler-se “os preços”.

Discussão do artigo 57.º:

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “A bancada da CDU entende que o parqueamento deve ser entendido como uma estrutura de apoio e de viabilização do próprio SITE, sendo por isso um espaço que deverá ser gratuito para utilização de todos os munícipes de forma a que estes sejam menos tentados a trazer o seu veículo para o centro histórico, dizer que 1 euro por um dia não é muito mas se for diariamente sai a cerca de 4 400 escudos por mês, o que é muito elevado. Trás também problemas ao sistema do SITE, porque se eu for comprar uma coisa que leva 20 minutos dentro do centro, o parqueamento dentro do centro acaba por ser mais barato. Porque pensamos que qualquer alternativa destas teria que ser suportado por transportes públicos, e que teria de ter à volta de 5 a 6 autocarros e isso não seria possível, e por outro lado, o Sr. Presidente da CME diz que esta é uma taxa que terá uma implementação no tempo e pelos vistos prolongado, parece-nos por isso desajustado estar integrada já neste regulamento, e é por isso que vamos votar contra a sua aprovação.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal José Mateus: “Os carros dentro da cidade sem lugar para estacionar são um problema, e a tendência é para aumentar o número de residentes dentro da cidade, e consequentemente o aumento do número de carros. O parque de estacionamento do Garcia de Resende foi vendido pela câmara CDU há uns anos penso que brevemente ainda irá entrar em obras e vão ser lá construídos blocos de apartamentos. Este local é onde normalmente estaciono. Este parque vai acabar, e com a agravante de que este parque para além de acabar, depois as pessoas que vão para lá morar depois também querem estacionar. Dos milhares de carros que entram na cidade não encontram lugar para estacionar, e torna-se incomodo para quem anda de automóvel e para quem lá anda a pé. É de louvar esta tentativa da câmara de procurar resolver a situação.”

O Regulamento foi votado na Especialidade:

- Na Especialidade, o art.º 57.º do Regulamento das Taxas, Tarifas e Preços, foi aprovado por maioria, com 17 votos a favor do PS, 10 votos contra da CDU, 1 voto contra do PSD, 1 abstenção do PS e 1 abstenção da CDU. Na Especialidade, os restantes artigos do Regulamento das Taxas, Tarifas e Preços, foram aprovados por unanimidade.

Declaração de voto do deputado municipal Acácio Alferes: “Eu votei favoravelmente o artigo 57.º do regulamento, porque, em primeiro lugar o estacionamento nos parques situadas na periferia do centro histórico só passará a ser pago quando tais parques forem objecto de melhoria de pavimento e iluminação, e for garantida guarda permanente. Em segundo lugar o custo de 1 euro por 24 horas onde se inclui a possibilidade de utilização em autocarro no centro histórico e sobretudo do



desconto de 50% para quem vai utilizar o parque todos os dias, principalmente quando comparamos com os preços noutras lugares de estacionamento na cidade e quando comparamos com os preços praticados noutras cidades. Em terceiro lugar considero que a sustentação da empresa SITE só é possível em articulação com uma nova forma de gestão de estacionamento que esta proposta contempla.”

PONTO 4 - Deliberação sobre o Projecto de Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada – Tarifado.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Este projecto é das zonas de estacionamento limitado, e aquilo que aqui não está contemplada é das zonas de estacionamento ilimitado. O objectivo central que aqui vem em termos de alterações, e que mereceu a aprovação unanime da câmara, tem a ver em primeiro lugar por tornar mais claro o sistema de processamento de selos orientando-o para o privilégio de estacionamento para moradores e unidades hoteleiras, comerciantes e quadros a exercerem a sua actividade no centro histórico. São classificados 3 tipos de utilizadores, os moradores, as empresas e as instituições. Não estava desde inicio destinado estacionamento para, por exemplo, a igreja católica, mas como sabem tem uma relevância na gestão de elementos patrimoniais e por isso a câmara municipal está a pensar torná-la abrangente e a classificá-la como instituição.

A ideia é garantir a rotatividade, e reduzir o estacionamento a um máximo de 4 horas. Não há mais de 2 800 lugares de estacionamento no centro histórico, e incluindo os lugares dos moradores. Entram no centro histórico, por dia, 44 000 automóveis. Não é fácil de resolver a situação mas através de uma pedagogia e com alguns melhoramentos chegar a uma situação favorável.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Palma Rita: “Gostava obter alguns esclarecimentos sobre aquilo que me parece ser uma sobreposição entre o regulamento que votamos anteriormente e este. A questão é, aquilo que foi publicado em Diário da República para discussão pública tinha por título “Projecto de regulamento municipal das zonas de estacionamento de duração limitada no centro histórico”, este que aparece aqui tem um título diferente, o “centro histórico” desapareceu, o que quer dizer que, quando se fala em duração limitada e à frente se fala em tarifado, as regras que são aprovadas podem estender-se, depois do regulamento ser aprovado a zonas fora do centro histórico. O artigo n.º 4 fala na possibilidade de dentro ou fora do centro histórico poderem ser constituídas bolsas de estacionamento principalmente para residentes, e quando o Sr. Presidente da CME dizia que a tarifagem dos parques de estacionamento fora do centro histórico também vai servir os residentes, isto leva-me a concluir que os lugares que são vendidos aos residentes do centro histórico são muito inferiores aquilo que são os lugares pagos, o que quer dizer que os residentes vão ter de utilizar os parques de estacionamento pagos. Aonde é que deixo o meu carro? Se dentro do centro histórico porque não há quase lugares, e se fora do centro histórico os parques podem vir a ser utilizados pelos residentes, não sei se começa a existir aqui algumas pessoas que vão ficar excluídas. Parece-me haver aqui uma abertura de uma porta que deixa a CME com uma margem de liberdade que pode utilizar em benefício de alguns ou em prejuízo de outros.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “Este estacionamento de duração limitada é algo que já existe hoje, a questão que se coloca é da exequibilidade de fazer um controle para que um automóvel não esteja lá mais de 4 horas, porque se eu lá for ao fim dessas 4 horas e tirar um novo selo, logo deixa de ser limitado e a vantagem não me parece significativa. Gostava de saber como é que se está a pensar fazer esse controle?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal João Ricardo: “Gostava de fazer uma proposta, as juntas de freguesia não tem viaturas próprias, e gostava que as juntas de freguesia que não tem as viaturas identificadas pudessem usufruir não de um lugar certo mas de um cartão que pudesse utilizar quando em serviço oficial.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “A questão do controle do estacionamento das 4 horas é óbvio que pressupõe a participação dos serviços de fiscalização que a CME tem e passará pela actuação directa pelo registo dos veículos que utilizem mais de 4 horas esse estacionamento. O que aqui está plasmado é da maior rotatividade.

A questão que o Dr. Palma Rita levantou é que de facto fora do centro histórico e que pela sua localização poderemos lá atribuir lugares de estacionamento para os residentes do centro. Este regulamento é coerente com o regulamento anterior, e a questão que foi suscitada sobre a duração de estacionamento limitado, significa que para já é confinado a estas 8 zonas, e se amanhã se houver outras zonas de estacionamento limitado, estando o regulamento aprovado e como tal poderá ser eventualmente aplicado.

Vamos colocar a linha azul a funcionar, já temos 2 autocarros novos em Évora, e o objectivo é atingirmos os 6 autocarros e só não acontece porque o SITE não tem capacidade financeira para adquirir mais 3 autocarros. Este investimento é sem qualquer apoio comunitário, porque Évora foi excluída para veículos movidos a energias alternativas.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

PONTO 5 - Deliberação sobre a Proposta de Alteração ao Quadro de Pessoal da CME.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “É grato à CME apresentar um quadro de pessoal que mereceu consenso entre a estrutura representativa dos serviços todos de pessoal, e traduz uma adequação do quadro de pessoal quer em termos das categorias quer em termos do número dos lugares criados àquilo que são as necessidades dos serviços. Há uma tentativa de acabar com os vínculos precários, permitindo a que os trabalhadores que tem vínculo precário venham a ser integrados na CME. Existe também a preocupação de reforçar a componente técnica, o que se vai reflectir no trabalho que prestamos ao munícipe.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.



O PONTO 6 FOI A PEDIDO DA CME RETIRADO DA ORDEM DE TRABALHOS.

O Sr. Presidente da Câmara explica porque é que o ponto foi retirado da ordem de trabalhos, e disse: “A Associação de Municípios recomenda a que as câmaras municipais, e como sabem a sisa é um imposto municipal, há legislação a sair a curto prazo, e a associação recomenda aos municípios que não alterem a contribuição autárquica uma vez que vai alterações posteriormente a muito curto prazo.”

NOVO PONTO 6 - Deliberação sobre o Lançamento de Derrama/2004.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “A derrama constitui hoje uma significativa receita municipal, e tem uma expectativa de derrama arrecadada em 2003 de 3milhões e 900mil euros, o que vem na sequência das fontes alternativas de financiamento municipal. Neste sentido, a CME nos vários projectos que tem a apreciação para acolher na cidade novos investimentos, uma das condições que coloca é que esses empreendedores tenham sede fiscal em Évora.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

NOVO PONTO 7 - Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a abrir um concurso público para venda de terrenos municipais (Parque Industrial da Câmara – Rua José Estevão Cordovil, n.º 25).

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “É dar sequência a uma decisão do executivo anterior, concretamente de 98, que por razões que se prendem com o actual chamado parque PIQUE, decidiu o executivo anterior colocá-lo em hasta pública para valorizar a componente da muralha, e ao mesmo tempo criar melhores condições aos trabalhadores da CME. Queria chamar para três aspectos fundamentais, em 1º lugar o valor colocado em hasta pública é igual ao valor definido pelo anterior executivo, mas com uma ligeira alteração, em que uma parte do pagamento pode ser feita em dinheiro e uma segunda parte paga em obras de interesse municipal. O terceiro aspecto, contrariamente ao executivo anterior que fazia a proposta de venda em conjunto do PIQUE com o Parque de Materiais da Horta das Figueiras, este executivo decidiu colocar em primeiro lugar o PIQUE e depois do Parque de Materiais.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Jorge Lourido: “Em relação a este concurso a venda dos terrenos municipais, a Bancada da CDU tem a dizer que: este concurso público agora aberto não assegura de forma clara o princípio....a Bancada da CDU vai votar contra.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Palma Rita: “Aquilo que me chegou aos ouvidos, mas que também poderá não ser a informação correcta é que a CME teria alugado um pavilhão que alugaria por 2 500 contos por mês. Se assim for até que ponto há aqui um ganho para a CME, e até que ponto monetariamente é compensador esta venda de terrenos enquanto a câmara não tiver um espaço próprio para os serviços.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Em relação às preocupações que o Sr. deputado municipal Jorge Lourido manifestou, a proposta alarga as oportunidades do interesse municipal ser defendido, isto é, diz que as obras podem ser de interesse municipal sem definir um único edifício.

Em relação ao que disse o Sr. deputado municipal Palma Rita, em primeiro não é verdade que a câmara tenha estabelecido qualquer contrato de arrendamento. Não há nenhum contrato de arrendamento, mas existem negociações que permitem à câmara no mês de Dezembro que é quando está prevista a transferência dos serviços vir a alugar por um valor, que sendo elevado, mas que devido às condições do espaço consideramos vantajosas. Este espaço foi vendido à família do Dr. Quintino Lopes, um terreno no Parque Industrial em condições particularmente vantajosas com uma área total de 650 m², para um estúdio de gravação de televisão, para gravação de telenovelas. Este espaço representa 3 600 m² com duas naves laterais com 800 m² cada uma, e um espaço de 1 600 m² divididos em 8 Open Spaces, 16 casas de banho, completamente equipada de energia eléctrica, e telefone, e com uma localização excelente, é difícil de este espaço ser ocupado por outras empresas, e a CME tem vindo a negociar com o representante da família, e o contrato que a CME vier a celebrar pressupõe a necessidade de sobre esse espaço colocar divisórias amovíveis para receber os serviços da CME. Vai-se concentrar aí o serviço de obras, de água e saneamento, da divisão de equipamento urbano e ambiente, de transito e transportes e as oficinas. Acordei com a Comissão Sindical da CME que iremos visitar na próxima semana o espaço. Será celebrado um contrato com o refeitório da CME para continuar a beneficiar os funcionários neste novo espaço. A ocupação deste espaço durará até a CME ter condições para construir instalações próprias.”

Votação do Ponto: Aprovado por maioria. 18 votos a favo da Bancada do PS, 7 votos contra da Bancada da CDU e 3 abstenções, sendo 1 do PSD e 2 da CDU.

NOVO PONTO 8 - Deliberação sobre o acordo de Geminação entre as cidades de Évora e de Chartres (França).

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “A CME submete esta autorização, certamente muitos conhecem a cidade de Chartres, fica a 80 Km de Paris, tem 45 mil habitantes, não é cidade património mundial mas alguns elementos da cidade são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

património da humanidade nomeadamente a sua catedral. Existem lá a viver muitos portugueses. Caso a Assembleia decida apoiar este protocolo, vamos receber a visita do seu presidente e de uma delegação de Chartres.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Baltazar Damas: “Nestes eu gostaria de quando a visita à cidade de Chartres fossem convidados os membros da assembleia municipal.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Eu fui convidado a ir a Chartres enquanto Presidente da Câmara pelo Senhor Presidente da Câmara de Chartres, e naturalmente não posso dizer que os membros da assembleia também sejam convidados.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

NOVO PONTO 9 - Deliberação sobre as Tarifas dos Transportes Colectivos Urbanos para 2003.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “É uma proposta que foi aprovada por unanimidade pela CME, e sâp pequenos ajustamentos das tarifas para 2003, dentro da taxa de inflação e por forma a tornar sustentável a empresa do Sistema Integrado do Estacionamento.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

NOVO PONTO 10 - Deliberação sobre o Projecto de Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Actividades Diversas (Elaborado, na sequência da transferência de competências dos Governos Civis para as Câmaras Municipais).

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Trata-se de um conjunto de competências que passaram para as câmaras municipais e que eram dos governadores civis, tinham taxa única e ao passarem para as câmaras, estas têm de as submeter à assembleia municipal. E o que aqui vem exposto no documento é aquilo que Associação Nacional de Municípios aconselha a todas as câmaras.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.



NOVO PONTO 11 - Deliberação, sobre a proposta de criação do Cartão Social do Município Idoso e sobre o Projecto de Regulamento do Cartão Social do Município Idoso.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a Vereadora da Câmara Municipal, Fernanda Ramos: “Trata-se de uma proposta da criação do cartão social do município idoso, foi uma proposta discutida reunida em reunião de câmara e aprovada por unanimidade, foi submetida a discussão pública e vem hoje à Assembleia Municipal para deliberação.

O objectivo deste cartão social, pretende fundamentalmente promover a inclusão e o desenvolvimento social, criando e dinamizando respostas assentes no princípio da discriminação positiva dos idosos carenciados do nosso Concelho. Os idosos que aderirem a este cartão poderão vir a receber três tipos de apoio, um na área social onde podem vir a ter um desconto de 50% dos serviços que a câmara presta na área social, um segundo apoio será na habitação, como sendo pequenas reparações, e um terceiro apoio na área da saúde, com um desconto de 50% daquilo que seja uma receita médica mensal. Existe uma condição para que possam beneficiar do cartão, e que tem a ver com o rendimento mensal per capita, pois é condição que este tenha um rendimento equivalente à pensão social do regime não contributivo da segurança social. Existe depois uma fórmula estabelecida para chegar a um valor preciso.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal João Valverde: “Sou Presidente de Freguesia há mais de 20 anos, tenho 206 reformados com mais de 65 anos, e tenho 38 reformados com menos de 65 anos, e a sua maioria ganham a pensão do regime social. É uma freguesia que vive de miséria, pois ganham 30 contos e gastam outros 30 em medicamentos, mais 10 em água e luz. Nunca deixei de dizer à câmara que havia outros apoios que se podiam dar para ajudar os idosos, e por isso não posso deixar de agradecer à câmara o querer ajudar os idosos.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a. deputado municipal Gabriela Silva: “Queira informar a CME que esta freguesia já anda a ajudar os idosos devido ao programa da luta contra a pobreza, e em 2002, 23 famílias tiveram apoio em recuperação das suas habitações, e 91 idosos tiveram apoio na comparticipação das suas receitas médicas.

Pelas razões que o meu amigo João Valverde disse, os nossos idosos são pessoas muito poupadadas e muitas vezes conseguem fazer milagres, e esta proposta da câmara vem ajudar a freguesia a continuar o projecto da luta contra a pobreza.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal José Luís Cardoso: “Quero sublinhar o enorme alcance social desta proposta da câmara, nomeadamente porque vai beneficiar os não favorecidos pela sorte deste Concelho. A única proposta que faço é que a câmara fizesse publicidade a este projecto, e que as famílias não estivessem sujeitas a prazos ou burocracias demasiado complicadas.”



Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

NOVO PONTO 12 - Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a requerer a Declaração de Utilidade Pública bem como o Carácter de Urgência da Expropriação, da Rua Projectada em PU à Horta das Támaras.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “É uma proposta de expropriação que surge depois de terem sido escutadas todas as possibilidades de negociação com o proprietário.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

NOVO PONTO 13 - Deliberação para autorizar a Câmara Municipal de Évora a ceder uma parcela de terreno, situada na Rua da Vendinha, 41 – Bairro da Câmara – A Maria de Jesus Barradas Rico de Brito.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “É uma área que vai ser cedida a um munícipe para efeitos de acerto de quintais e também em termos da qualidade urbanística ser melhorada.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

NOVO PONTO 14 - Deliberação sobre o Projecto de Alterações ao Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Évora.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a Vereador da Câmara Municipal, Fernanda Ramos: “São algumas alterações ao regulamento municipal de resíduos sólidos urbanos, que foi a reunião de câmara e foi aprovado por unanimidade, submetido a debate público e agora à assembleia municipal.

Estas necessidades de alteração tem por base o novo sistema de contentores enterrados e que temos em funcionamento no nosso Concelho. Para além das adaptações necessárias em função da especificidade da recolha e da partilha de responsabilidades que temos com a Associação de Municípios do Distrito de Évora, mas os 3 últimos pontos que vêm na última página, que tem a ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

com alguma responsabilidades que pensamos importantes constarem no regulamento, é de alguma forma uma possibilidade de actuar sobre aqueles que sem respeito pelos cidadãos, não dão a sua colaboração. Nomeadamente os espaços envolventes aos ecopontos têm de estar limpos, e sabendo-se quem é o infractor poder vir a aplicar-lhe uma coima, também muitos dos nossos cidadãos atiram lixo de dentro da janela do seu carro para os contentores. Relativamente aos proprietários de terrenos que não estão construídos nem estão vedados, há também uma alteração que é proposta para que os mesmos sejam obrigados a fazê-lo.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal João Valverde: “Acho bem essa proposta, pois tem que haver medidas para preservar a saúde. Mas não podemos esquecer que as pessoa que vão ao aterro sanitário depositar o lixo vão deixando cair lixo pelo caminho ao longo da estrada.

Também temos que dizer à Associação de Municípios que ela não cumpre o regulamento do aterro, e há uma incompetência muito grande da parte de quem é responsável pelo aterro. Nem houve um estudo de impacto ambiental para se fazer ali o aterro, isto não se pode admitir. Aquilo que ninguém quer em lado nenhum leva-se para o nosso aterro, mas nós só devíamos ter o lixo que nos pertence, e isto é inadmissível o que se está a passar. Eu fico com o lixo em casa e não colocam lá ecopontos.”

O Senhor Presidente da Assembleia, apesar de não deixar de sentir a importância do assunto exposto pelo Sr. deputado municipal João Valverde, alerta para o facto de neste momento não ser esse o assunto da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal Luís Pasadas: “O que é preciso é que a fiscalização funcione, na nossa freguesia há muitos cães sem licença e alguém tem de ver o que se passa.

Relativamente aos contentores há pessoas que depositam o lixo ao lado dos contentores em vez de abrirem as tampas e colocarem o lixo lá dentro. O que eu peço, é que a câmara fiscalize as pessoas se de facto vão ou não colocar o lixo nos contentores. As coimas são para serem aplicadas.

Queria chamara a atenção também para o excesso de pombos, e o problema que isso implica para a saúde das pessoas.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.ª deputada municipal Luisa Baião: “Pergunto quem é que conseguirá fiscalizar todos os espaços devolutos, e as pessoas continuam na via pública e nos espaços devolutos a despejar o lixo. Na minha freguesia é muito significativo este problema, e queria também alertar que algumas pessoas que executam obras para a câmara deixam entulho na via pública.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. deputado municipal José Mateus: “Na freguesia do Bacelo também existe o problema do entulho, mas o entulho que é trazido pelas carrinhas de outras obras, e é um problema grave porque as pessoas à noite despejam o entulho por onde podem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A lixeira deve funcionar até mais tarde, para que as pessoas ao fim do dia possam lá ir em tempo útil despejar o entulho.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a. deputada municipal Gabriela Silva: “Queria dizer que me regozijo com estes novos pontos do regulamento, embora a nossa aldeia seja muito asseada, embora muitas vezes sejam as pessoas de fora que vêm despejar o lixo em zonas mais escondidas na nossa aldeia. Em termos de lixo esta freguesia melhorou, no entanto ainda podemos melhorar mais.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a Vereador da Câmara Municipal, Fernanda Ramos: “Sobre a questão do aterro a câmara está bastante preocupada e tem transmitido estas preocupações à Associação de Municípios do Distrito de Évora, embora ainda não tenhamos solução. Os entulhos não deviam ser levados para o aterro, mas sim colocados numa entulheira, que não existe que foi encerrada pela Direcção Regional do Ambiente, e a CME já solicitou à equipa do PDM para encontrarmos uma solução para o entulho.

Relativamente à questão dos Pombos e dos canídeos, a CME comunga da preocupação do Sr. Presidente da Junta Luís Pasadas, no entanto ainda não conseguimos encontrar uma solução definitiva, sendo a única até agora possível uma gaiola que é colocada nos cimos dos telhados.

Sobre a questão do lixo, existem de facto municípios que sistematicamente prevaricam, contudo há outros, que prevaricam por ainda não lhes terem sido salvaguardadas as condições necessárias. Pretendeu-se enterrar os contentores no centro histórico, e tem sido complexo enterrar os contentores em locais chave de forma a poderem servir toda a gente. Daí a necessidade da CME ter a recolha através de carros e através de contentores enterrados, fazemos também a recolha do papelão, para a qual iremos ter brevemente uma linha verde.

Este regulamento tem o objectivo de poder ser cumprido, é óbvio que para isso é necessário fiscalização, e nós vamos tentar que a fiscalização da CME seja actuante, no entanto peço que cada um de nós também o seja no nosso dia a dia.”

Votação do Ponto: Aprovado por unanimidade.

Aprovada em minuta a acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Évora.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a um elemento do público, a Senhora D.^a Maria de Fátima Magro: “Queria colocar aqui a questão do Plano de Urbanização, e o que a Lei prevê nestes assuntos é que a população deve participar o que na altura não aconteceu, estando na gestão da CME o Dr. Abílio Fernandes. Agora tenho alguma curiosidade em saber o que vai acontecer aos pequenos proprietários, pessoas que vivem desses pequenos terrenos e que os conseguiram com uma vida de sacrifício, penso que não se pode expropriar essas pessoas. O Plano que está a ser objecto de análise mantém esta situação da expropriação destes pequenos proprietários?”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a um elemento do público, o Sr. Adelino: “A questão que queria colocar é sobre se a zona económica da freguesia se se vai desenvolver num terreno de privados. Gostava de perguntar à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia e ao Sr. Presidente da CME, e é sobre o posto de transformação de energia para abastecer a freguesia, e neste momento penso que já não é suficiente. As indicações que tenho da EDP é que eles só podem remover o posto para um terreno a ceder pela Junta de Freguesia e com a intervenção da CME, e a EDP deu entrada do requerimento à CME para autorização de colocar o novo posto de transformação.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a um elemento do público, o Sr. Francisco Ribeiro: “Eu tenho mais de mil metros de terreno, e segundo me constou a Rua Aberta vai passar ali mesmo ao lado do meu poço. Pergunto é se há tanta terra, e eu estou lá a fazer uma horta, e tenho um poço, se a rua passa mesmo por cima do meu poço vou ficar sem poço e sem horta, sendo eu um homem reformado do que é que eu vou viver?”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a um elemento do público, o Sr. Luís Maduro: “Sobre o alargamento da estrada dos Castelos, esta é uma estrada muito estreita, e existe uma criação de porcos ao pé da nossa casa, e os camiões grandes que vão descarregar os porcos têm de parar e descarregar para uns camiões mais pequenos, e quando nos encontramos com eles temos de nos desviar para a berma.

Outro problema são 3 fossas, e já temos um esgoto para uma fossa, mas no entanto tem sido um problema. Gostava que este problema se resolvesse o mais depressa possível.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a um elemento do público, o Sr. Fábio: “As pessoas aqui na freguesia não têm onde colocar o lixo nos ecopontos, e queria saber se é possível a colocação de ecopontos na freguesia?

Em relação às fossas, a junta por vezes vê-se aflita para encontrar alguém que limpe as fossas.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a. deputada municipal Gabriela Silva: “O processo de discussão do Plano de Urbanização aqui da freguesia não correu muito bem, no entanto, em carta que fiz chegar ao Presidente da Câmara na altura, de administração CDU, expliquei as dificuldades destes particulares, que têm parcelas de terreno muito pequenas e que vivem delas. A justificação que me foi dada, foi que tinham posto como execução essas parcelas para se tornar mais rentável. Penso que as pessoas têm a sua pretensão satisfeita, e vamos ter uma discussão pública sobre o Plano de Urbanização, e poderemos intervir e propor algumas alterações.”

A junta de freguesia não tem nenhum terreno para a construção do posto de transformação da EDP, o único que tem penso que é para a construção de uma creche e que faz parte deste novo plano da CME.

Sobre a questão do Fábio, queria dizer que temos um mini ecoponto e que ele não utilizado, mas penso que Sr.^a Vereadora Fernanda Ramos poderá informar onde estão previstos serem colocados os ecopontos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Nunca uma junta de freguesia se preocupou tanto com a limpeza das fossas como esta, mas o que pode muitas vezes acontecer é que as pessoas não lêem os papéis que a junta faz circular, e depois não têm conhecimento do momento da limpeza das fossas.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a um elemento do público, o Sr. Adelino: “Em reunião que eu tive na semana passada com a EDP, foi-me dito que tinham reunido com a Presidente da Junta de Freguesia, e que a Presidente da Junta lhes tinha indicado o terreno atrás da escola, e que eles teriam recusado porque obrigaria a uma intervenção maior do que aquela que estavam à espera, e que agora tinham enviado um requerimento à CME e que estavam à espera da resposta desse pedido de terreno. Na sequência disso há 6 ou 7 meses eu também escrevi um requerimento à EDP e CME onde sugeria que o poste fosse colocado no terreno do proprietário da vivenda e que cedia um pouco de terreno para a construção do posto de transformação. A CME respondeu que isso nunca poderia acontecer por se tratar de um terreno de um particular. Neste momento queria saber se há ou não alguma veracidade sobre o que me foi dito pela EDP?

O Senhor Presidente da AME esclarece que não podemos ser os árbitros entre a EDP e a Junta de Freguesia, e que já cada um expôs o assunto com clareza.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.^a deputada municipal Gabriela Silva: “Trabalhando eu na EDP, disponibilizo-me para saber quem é o Engenheiro para encontrar uma solução, pois penso que deve haver aqui alguma confusão.”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra a um elemento do público, a Sr.^a Rita: “Eu tenho conhecimento que foi dito pela Sr.^a Presidente de Junta que a solução do poste da EDP ia ter uma solução para breve.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: “Não tenho aqui a proposta do Plano de Urbanização da Freguesia, mas estou à vossa disposição para o fazer a partir de Segunda-feira. Esta freguesia como muitas outras, as casas têm grandes quintais onde as pessoas fazem agricultura como meio de subsistência e esta questão foi tida em conta na elaboração do Plano de Urbanização.

Sobre a questão do poço, e concerteza a sua pretensão será considerada, no entanto se a rua tiver carácter essencial não poderemos ignorar o caso, mas de forma a que minimize ao máximo as dificuldades causadas.

Relativamente à estrada dos castelos, foi beneficiada recentemente, no entanto não temos meios financeiros para resolver na totalidade a questão, e este assunto será estudado pelos técnicos da CME com toda a atenção.

A Presidente da Junta tem vindo a conseguir resolver o problema, através da realização de meios financeiros na própria freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A recolha selectiva e a instalação dos ecopontos é da responsabilidade da Associação de Municípios, e se em S. Sebastião esta situação não é a melhor teremos de fazer chegar essa informação à Associação.

A questão do Plano Director Municipal e do perímetro Urbano vai entrar em debate público assim que a equipa aprovar a proposta, e a CME virá às freguesias para debate da proposta. O que acontece é que essa proposta que a CME apresentou só pode vir a debate depois de aprovada essa mesma proposta.

Sobre a questão da EDP, eu não tenho conhecimento, mas como podem calcular não tenho conhecimento de todos os ofícios que entram na CME.”

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José Lourido (Em substituição de José Russo)

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 20/12/03, com 26 votos a favor e 9 abstenções)